

# RELATORIO E CONTAS 2016





**RELATÓRIO DE CONTAS DE 2016**

**ÍNDICE**

<b>1. Introdução</b>	3
<b>2. A Instituição e a sua Atividade ao longo do exercício 2016</b>	4
2.1. Acção - Social	4
2.2. Área – Gestão	6
2.3. Área da Infância e Juventude	9
2.4. Área da Comunidade e Família	11
2.5. Área da População Idosa	13
2.6. Área Administrativa	18
<b>3. Perspetivas Futuras</b>	18
<b>4. Resultados e proposta para sua Aplicação</b>	19
<b>5. Nota final</b>	19

**Demonstrações Financeiras**

- Balanço em 31 de Dezembro de 2016
- Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2016
- Demonstração de Fluxos de Caixa 2016
- Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais de 2016
- Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Aos Prezados Irmãos,

Em cumprimento da respetiva obrigação legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Borba, vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral de Irmãos, o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas referentes ao exercício económico terminado em 31 de Dezembro de 2016, acompanhado do competente Parecer do Conselho Fiscal e Certificação do Revisor de Contas.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Borba, fundada em 1524, é uma Associação de Fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, tendo por objeto a satisfação de carências sociais e a prática de atos de culto católico.

A Irmandade tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social.

Este Relatório representa o culminar de um vasto conjunto de actividades de carácter social, no âmbito da missão da Santa Casa, pelo que, para além da componente financeira procuramos essencialmente dar conta das actividades desenvolvidas nas várias Valências da Instituição, que juntamente com as actividades de suporte e gestão, contribuem para o Relatório de Gestão da Mesa Administrativa.

No plano externo procurou-se responder ao desafio social colocado pelos atuais tempos de crise económica e social, que se reflete na intervenção da Instituição nas suas múltiplas e diversas atividades no Concelho de Borba.

Internamente, procuramos desenvolver as áreas de gestão e suporte por forma a melhorar a gestão global da Instituição e bem assim fazer face ao maior numero de necessidades com os mesmos recursos.

Toda a actividade foi sendo desenvolvida no sentido de prestar um melhor serviço á população, contribuindo assim para melhor cumprir a Missão da Instituição.

Com o actual Relatório em que prestamos contas do trabalho desenvolvido ao longo do ano por esta vasta equipa de Colaboradores, vem a Mesa solicitar a aprovação habitual dos Irmãos deste imprescindível instrumento de gestão da Instituição.

UA  
B

## 2. A INSTITUIÇÃO E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2016

O ano de 2016 foi um ano de grande trabalho e importância para a Instituição, foi inaugurado o Centro de Fisioterapia, sito na aldeia Social, fizemos um contrato de prestação de serviços com a MH de Vila Viçosa, dando apoio aos nossos Utentes como também para o exterior.

Vamos analisar as atividades desenvolvidas em termos de movimentação de Utentes pelas diferentes Valências, as contas e os resultados e bem assim outras actividades extraordinárias.

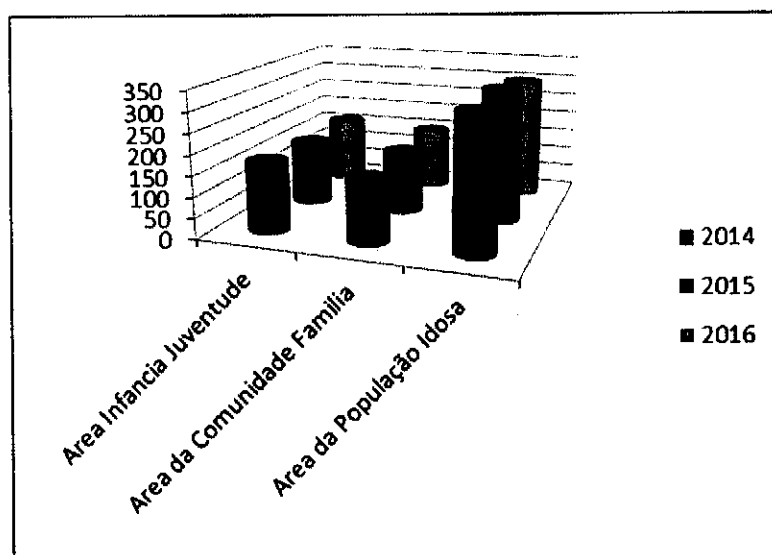
### 2.1. Acção - Social

A Atividade Social constitui a componente que por excelência a Santa Casa tem por missão.

A Santa Casa da Misericórdia de Borba constitui um verdadeiro pilar no fomento da Atividade Social no Concelho de Borba. Com o objetivo de dar resposta ao maior número de pessoas que necessitem do apoio da Santa Casa da Misericórdia, tem procurado aumentar quer em quantidade quer em qualidade os serviços de apoio à Comunidade.

Este ano apresentamos a maioria dos quadros nos novos moldes do novo Organigrama.

Area Infancia Juventude	171	160	165
Area da Comunidade Familia	153	154	154
Area da População Idosa	324	326	303



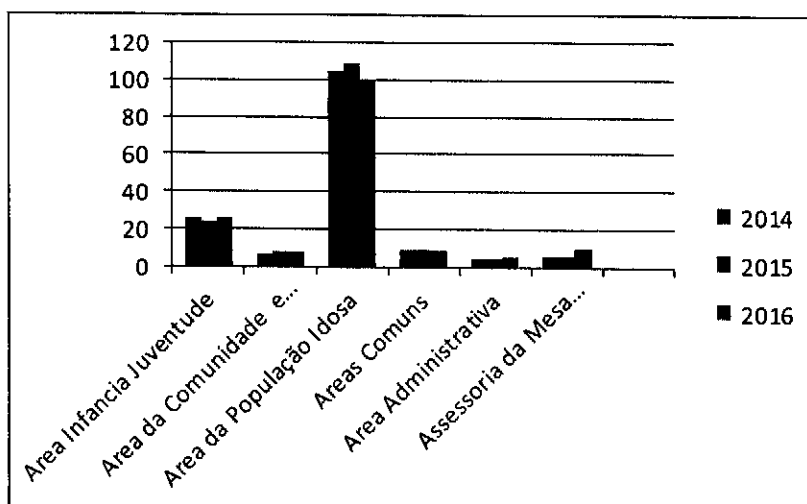
Analisando agora a evolução dos Utentes nas diversas Valências, registamos uma diminuição de Utentes, acentuada no apoio domiciliário, deve-se o mesmo a serem enquadrados nos ERPI'S, logo que haja vaga.

No geral a Instituição utilizou ao máximo a sua capacidade, física e humana, quer nas aulas de ginástica, hidroginástica, natação e no cumprimento do seu apoio social às populações do nosso Concelho.

Segue-se um quadro da evolução dos Colaboradores. Continuamos a ter o apoio de projectos do IEFP.

Área	2014	2015	2016
Area Infância Juventude	26	24	26
Area da Comunidade e Família	7	8	8
Area da População Idosa	105	109	101
Areas Comuns	9	9	9
Area Administrativa	4	4	5
Assessoria da Mesa Administrativa	5	5	10

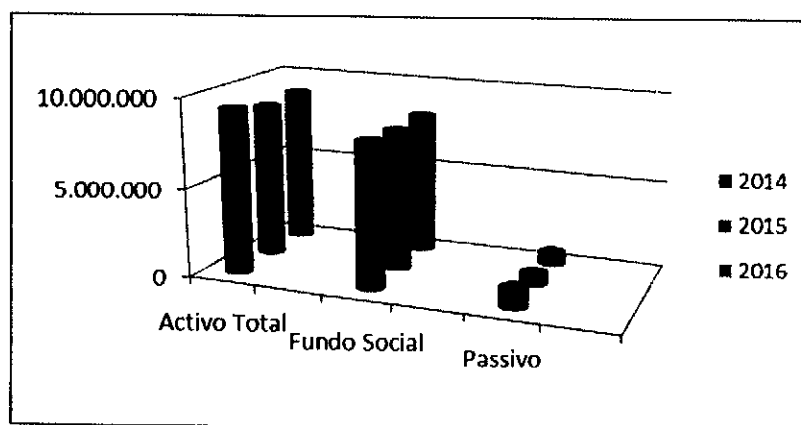
*[Handwritten signature]*



## 2.2. Área - Gestão

Ao nível do Balanço da Instituição, a mesma encontra-se equilibrada, como podem verificar no mapa que se segue.

	2014	2015	2016
Activo Total	9.352.674	8.806.509	8.998.023
Fundo Social	8.215.635	8.042.002	8.192.806
Passivo	1.137.039	764.507	805.217



## Santa Casa da Misericórdia de Borba

A Instituição não tem Dividas Bancárias, tendo apenas dividas a Fornecedores decorrentes da sua actividade económica normal.

Segue-se o quadro de resultados de Proveitos e Custos.

### Proveitos e Custos

Prestações de Serviços	1.359.547,0	1.396.313,0	1.412.180,1
Comparticipações	1.204.320,0	1.300.786,0	1.400.811,5
Outros Rendimentos	401.527,8	358.285,0	572.596,7
Cmvmc	499.327	528.125	552.688
Fse	617.698	596.379	597.950
Custos Pessoal	1.574.200	1.678.141	1.799.988
Outros Custos	300.650	384.862	321.347

*Esta evolução decorre:*

- 1) Das Prestações de Serviços que decorrem das mensalidades e outros serviços prestados pela Instituição, as quais cresceram 15.867€ face a 2015.
- 2) As participações também aumentaram face ao atrás referido com um valor substancial, devido às participações do ISS de Évora e do IEPF, que em 2016 se cifrou em 1.400.811 € sendo 1.231.505 € da Segurança Social, e os restantes 169.306 €, referente a projetos ( Estágios, CEI, Montepio, Poise ).
- 3) Os Proveitos Financeiros, diminuem todos os anos, uma das principais causa ocorre por via da queda do nível das taxas de juro que vêm desde o início de 2015, apurando-se este ano apenas o valor de 5.267€.
- 4) Os Outros Proveitos, este ano tiveram um aumento considerável, em comparação ao ano de 2015, deve-se ao facto da negociação de algumas rendas agrícolas com efeitos ainda em 2016 e também na venda de 4 vivendas e 1 apartamento no bairro Popular 1º Maio, apurando-se o valor nesta rubrica de 566.941 €.

A estrutura de custos aumentou em relação a 2015, sendo a principal rubrica os custos com o pessoal.

Atendendo á nossa atividade social, entende-se contudo útil, para efeitos de gestão mostrar o mapa de Demonstrações de Resultados com os três anos comparativos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Anos		
	2014	2015	2016
<b>Rendimentos e gastos</b>			
Venda e Serviços Prestados	1.359.546,63	1.396.313,30	1.412.180,09
Subsidios e doações e legados á exploração	1.204.320,13	1.300.786,00	1.400.811,54
Custos das mercadorias vendidas e materias consumidas	-499.327,39	-528.125,05	-552.688,18
fornecimentos e serviços externos	-617.698,70	-596.379,06	-597.949,50
Gastos com o Pessoal	-1.574.200,42	-1.678.141,46	-1.799.988,08
Imparidade de dividas a receber			
Aumentos/redução justo valor	6.658,96	462,84	388,46
Outros rendimentos e ganhos	394.868,88	342.587,12	572.208,19
Outros gastos e perdas	-34.626,52	-121.386,16	-67.129,93
Gastos/reversão de amortização	-265.980,40	-248.240,55	-253.537,21
juros e rendimentos similares obtidos			
juros e gastos similares suportados	-43,21		-679,59

Desta forma o resultado global por cada Valência, registado no mapa abaixo, não estão consideradas as outras atividades. Salienta-se o bom desempenho registado em 2016.

Este quadro devido á sua especificação ainda se apresenta com as designações dos dos anos anteriores.

## Resultados Operacionais

Lar Humberto S. Fernandes	43,509	147.111	172.107
Lar Josefina S.Fernandes	103,495	113.224	114.498
Lar Manuel Ramalho	30,786	40.132	15.650
Centros Dia	29,391	15.468	18.366
Serviço Apoio Domiciliário	101,963	113.626	114.312
Infantário e Creche	20,352	13.033	-20.006
ATL	-10,896	-2.529	-2.072
Cat-Ofic-C.C-Lavand-Ap.Valê, Central-Segur-Admi-Flis-Gip	-811	-382.822	16.452



B  
21

### **2.3. Área da Infância e Juventude**

#### **2.3.1. Creche e Pré escola**

"Cuidamos com amor... Partilhamos com emoção..."

Durante o ano de 2016, a Creche e Jardim de Infância D. Ana Silveira registou na sua atividade, a frequência de cerca de 121 crianças, sendo 55 utentes até aos 3 anos e 66, em idade pré-escolar (dos 3 aos 6 anos).

Para além das atividades complementares (Expressão musical, físico-motora e natação) e lúdico-pedagógicas realizadas de acordo com o Plano Anual de Atividades, também foram desenvolvidos dois projetos inovadores e estimulantes: "NUTRICIÊNCIA" e VIVER a MISERICÓRDIA".

No que se refere ao primeiro, tendo como objetivo desenvolver a literacia nutricional, foram realizados vários desafios por parte das famílias e atividades realizadas pela Misericórdia, tais como: elaboração de uma mascote, do hino Nutri ciência e peça de teatro.

O segundo, pretendeu dar a conhecer às crianças e comunidade em geral, a história da Santa Casa da Misericórdia de Borba e serviços prestados aos seus utentes, através de diversas atividades desenvolvidas ao longo do mesmo.

A Intergeracionalidade continuou presente na Aldeia Social, em que os utentes mais novos da Instituição presentearam os séniores com visitas e variadas atividades promovendo a troca de saberes e experiências.



*[Handwritten signature]*

### 2.3.2. Actividade de Tempos Livres (ATL)

“ Formar e educar para a cidadania...”

A Santa Casa através da resposta social de centro de atividades de tempos livres motiva, encoraja e ajuda cada criança ou adolescente a fazer o seu melhor, a descobrir os seu valores, a conhecer-se como pessoa e a aceitar e integrar-se na comunidade, isto é, a construir um percurso de crescimento pessoal e social que se concretize na partilha de valores e de saberes.

O CATL funciona todo o ano e é um espaço educacional, interativo, para utentes dos 6 aos 12 anos, onde são desenvolvidas atividades de tempos livres (expressão plástica, dramática, informática, culinária, jogos didáticos, passeios, dança, natação....) e apoio ao estudo.

No ano de 2016 a frequência média foi de cerca 44 utentes, aumentando este numero nas interrupções letivas dando assim resposta às necessidades das famílias, incluindo serviço de refeições.

Desde que a resposta social foi incluída na Área da Infância e Juventude, os utentes têm participado em diversas atividades conjuntas que constam do plano anula de atividades, tais como: carnaval, dia do pai, dia da árvore, pascoa, dia da criança, festa de final de ano, inicio do ano letivo, s. Martinho, festa de natal...), estimulando a convivência saudável bem como o desenvolvimento harmonioso dos utentes mais jovens da instituição.



*[Handwritten signature]*

### **2.4. Área da Comunidade e Família**

#### **2.4.1. Oficina do Idoso e Universidade Sénior**

Estas duas valências, baseiam-se no conceito de envelhecimento ativo e saudável, que consiste na atenção integral ao indivíduo/idoso, numa perspetiva de prevenção, com o objetivo de manter a sua autonomia e independência e diminuir as suas limitações. Pressupõe a todos que as frequentam o desenvolvimento do potencial humano, com a valorização das habilidades pessoais e experiência de vida, a convivência interjacional, a participação comunitária e a inclusão social.

Queremos reafirmar o propósito de como tem sido nosso timbre, continuar a desenvolver atividades internas e promover mais Palestras e Workshops sobre temas interessantes para o nosso público, continuar a apostar no intercâmbio com outras Instituições e Universidades Seniores e criar Parcerias com outras Instituições Publicas e Privadas.



#### **2.4.2. Centro Comunitário**

“Sempre Junto da Comunidade... é a nossa missão....”

O mundo nunca precisou tanto de solidariedade como agora. Seja através de donativos ou de voluntariado, urge estar atento e estimular a entreaajuda.

É aqui que a Santa Casa da Misericórdia tem um papel fulcral e apaziguador, através da resposta de apoio à família – o Centro Comunitário, onde as famílias de uma forma

resguardada e protegida dos olhares dos mais curiosos recebem os mais variados tipos de apoio, entregues por todos aqueles que querem ajudar.

O Centro Comunitário, único no Concelho de Borba apoia mais de 300 agregados familiares aos mais variados níveis: alimentos, roupa, alimentação confeccionada através da sua cantina social e refeitório social; ajudas técnicas; tratamento de roupa e higiene pessoal.

Graças ao empenho de todos a Santa Casa da Misericórdia de Borba têm conseguido responder positivamente a todos os pedidos que lhe têm chegado.

Pequenos gestos fazem uma grande diferença.

### **2.4.3. Centro de Alojamento Temporário ...**

“ Um recurso cada vez mais procurado...”

Este centro disponibiliza aos seus utentes o serviço de alojamento, alimentação, serviço de lavandaria; higiene pessoal, higiene habitacional, e acompanhamento psicológico e social. Também proporciona o desenvolvimento de atividades ocupacionais como o caso de passeios; atividades recreativas...

Com a conjuntura pouco estável que o nosso Mundo atravessa, os pedidos para integração nesta valência durante o ano de 2016 aumentaram de uma forma significativa.

Homens, mulheres, crianças oriundas de todos os lugares do País, debatidos com os grandes problemas que a nossa sociedade neste momento oferece – violência, maus tratos, abandonos, desemprego refugiam-se neste “porto de abrigo” à procura de melhores dias.

### **2.4.4. RLIS – SAAS/GIP**

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Borba, em funcionamento desde novembro de 2014, resulta de uma parceria entre a Segurança Social e a Santa Casa da Misericórdia de Borba, no âmbito da Rede Local de Intervenção Social (RLIS).

Com enquadramento no Despacho nº 12154/2013, de 24 de setembro, o SAAS e a RLIS têm por objetivos garantir o acolhimento social imediato e permanente em situações de crise e ou emergência social; assegurar o atendimento/acompanhamento

social das situações de vulnerabilidade, bem como disponibilizar apoios financeiros de carácter eventual a agregados familiares em situação de comprovada carência económica; assegurar a coordenação eficiente de todos os meios e recursos que integram a rede e reforçar a plataforma de cooperação estabelecida com as instituições que localmente desenvolvem respostas sociais no âmbito da ação social. Esta intervenção é atualmente mais abrangente com o funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional (GIP-RLIS).

O SAAS, como o GIP, desenvolveram trabalho de acordo com o contido no respetivo enquadramento legal e funcional de cada um, tanto ao nível das competências de intervenção, como dos objetivos contratualizados.

O Plano de Ação aprovado para o triénio de 2015-2018, enquadra-se no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e privilegia um modelo social assente na igualdade de oportunidades, com ações na área do emprego, da saúde, da sustentabilidade ambiental, e da cidadania.

### **2.5. Área da População Idosa**

#### **2.5.1. Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPIS)**

As ERPI's continuam a assumir um papel de enorme destaque nas respostas sociais que a Santa Casa da Misericórdia de Borba tem ao dispor da comunidade, mantendo-se uma elevada procura. A ausência de retaguarda familiar ou mesmo a dificuldade das famílias em prestar um apoio adequado aos seus idosos, leva a que as nossas ERPI's surjam como uma solução com maior benefício, pela diversidade e garantias que os serviços prestados proporcionam.

Este tipo de resposta social visa a prestação de um apoio diário, no qual as necessidades e o conforto dos utentes são a prioridade. Destinam-se ao alojamento e prestação de serviços de alimentação, cuidados de higiene, cuidados de saúde, cuidados de imagem, tratamento de roupa, apoio psicossocial e animação.

A promoção do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos nossos utentes continua a ser um dos nossos focos, sendo que se continua a apostar na ocupação e dinamização dos tempos livres dos utentes.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

As ERPI's Humberto Silveira Fernandes, Josefina Silveiras Fernandes e Manuel Ramalho, no ano de 2016 mantiveram a sua taxa de ocupação totalmente preenchida, continuando a existir uma vasta lista de espera.



### 2.5.2. Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social em que o seu objetivo passa essencialmente pela prestação de um conjunto de serviços centrados e adaptados às necessidades de cada indivíduo, prestados no domicílio do próprio utente.

Esta resposta social funciona todos os dias do ano e tem a capacidade de assegurar uma série diversificada de serviços, tais como alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa, higiene habitacional, teleassistência e atividades de animação/socialização, entre outros serviços que permitam e contribuam para qualidade de vida e bem-estar biopsicossocial dos nossos utentes.

A grande aposta no Serviço de Apoio Domiciliário, no ano de 2016, foi a melhoria do serviço de animação/socialização. Foi criada uma equipa de animação com o propósito de planificar e desenvolver um conjunto de atividades adaptadas aos gostos e hábitos dos utentes, estando a sua atuação centrada num envelhecimento mais ativo e mais dinâmico. Este serviço é proporcionado de forma gratuita.

B  
A  
A



### 2.5.3. Centros de Dia – Borba e Rio Moinhos

A resposta social de Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Borba tem ao dispor um conjunto de serviços, os quais têm como principal objetivo a satisfação das necessidades dos seus utentes, de modo a contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar. Os serviços disponibilizados aos utentes passam pela alimentação, cuidados de higiene e conforto, tratamento de roupa, cuidados básicos de saúde, convívio, ocupação e apoio psicossocial.

Um dos grandes objetivos deste tipo de resposta social é a manutenção do utente no seu meio sociofamiliar. Este tipo de resposta social permite muitas vezes combater a solidão e o isolamento social a que muitos utentes se encontram sujeitos, em alguns casos também possibilita o descanso do próprio cuidador.

Em 2016 deparámo-nos com um pequeno aumento da procura deste tipo de resposta social, verificando-se no final do ano o preenchimento de todos os acordos que dispomos, tanto no Centro de Dia de Borba como em Rio de Moinhos.

## DEMONSTRAÇÃO POR VALENCIAS

Nº Ordem	Contas	Rubricas	2016	AREA DE INFANCIA E JUVENTUDE		AREA DA POPULACAO IDOSA	AREAS COMUNS	AREA ADMINISTRATIV A	ASSESSORIA MESA ADMINISTRAT IVA
1	72	Prestações de Serviços	1.412.180	108.750	3.265	1.298.331	0	1.833	0
2	75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1.400.812	282.065	183.931	919.042	15.023	751	0
3	78	Outros rendimentos e Ganhos	566.941	19.516	15.243	103.700	20.849	376.527	31.106
4	7811	Serviços capela e outros	2.400	0	0	0	0	2.400	0
5	781691	Reembolsos telefone	19.557	5.380	584	11.615	1.520	459	0
6	781694	Refeições Cruz Vermelha	68.136	0	0	68.136	0	0	0
7	781695	Refeições Orada	3.676	0	0	3.676	0	0	0
8	781693	Outros Reembolsos	18.486	0	0	0	16.286	2.200	0
	784	Ganho em Inventário	21.395	5.364	466	12.522	3.043	0	0
	787	Edifícios e outras construções	364.235	0	0	0	0	364.235	0
9	788	Outros não especificados	69.056	8.772	14.193	7.752	0	7.233	31.106
			0						0
	<b>A - Total de Proventos</b>		<b>3.379.933</b>	<b>410.331</b>	<b>202.440</b>	<b>2.321.073</b>	<b>35.872</b>	<b>379.111</b>	<b>31.106</b>
12	61	Gastos com a Alimentação	552.688	44.787	24.931	479.976	485	2.082	428
5	62	Fornecimentos e Serviços Externos	597.949	59.719	46.120	351.816	39.952	59.205	41.137
6	6241	Electricidade	132.828	24.112	16.261	79.862	4.684	5.892	2.018
7	6242	Combustíveis	23.991	0	2.254	16.736	1.341	873	2.787
8	6243	Água	39.533	2.642	2.571	32.847	0	1.473	0
9	6248	Gás+Pelletes	54.904	6.541	47	48.316	0	0	0
10	6233	Material de Escritório/Outros	16.865	2.479	3.613	4.360	99	4.755	1.559
11	6262	Comunicação	22.388	2.069	2.491	8.893	297	2.427	6.192
12	6263	Seguros/Saúde de utentes	12.477	1.268	266	8.937	403	434	1.169
13	6224	Honorários	46.888	5.164	1.206	20.785	0	11.229	8.504
14	6226	Conservação e Reparação	20.010	284	65	13.954	2.520	79	3.108
15	6267	Limpeza, Higiene e Conforto	135.237	8.295	4.037	87.292	28.770	782	6.061
16	6221	Trabalhos Especializados/Contratos de Assistência	40.501	992	801	14.002	1.073	18.704	4.929
17	6268	Serviços Diversos	52.348	5.873	12.509	15.833	766	12.556	4.811
19	63	Gastos com o Pessoal	1.799.988	327.902	135.888	1.054.348	89.048	81.337	111.465
20	63211	Remunerações - Certas	1.190.030	215.065	84.965	711.090	58.643	48.684	71.582
22	6321	Subsídio de Férias	195.228	40.225	16.345	107.401	9.108	9.274	12.875
23	6322	Subsídio de Refeições e Outros	45.486	4.495	9.943	16.024	3.410	6.010	5.604
24	6351	Encargos Sociais/Fundos de Compensação	309.355	56.744	22.341	180.859	15.748	13.853	19.810
25	638	Outros Gastos com o Pessoal	59.890	11.373	2.294	38.974	2.139	3.516	1.594
27	<b>B - Total de Gastos Operacionais</b>		<b>2.950.626</b>	<b>432.409</b>	<b>206.939</b>	<b>1.886.140</b>	<b>129.485</b>	<b>142.624</b>	<b>153.030</b>
28	<b>C - Resultados Líquidos por Valências</b>		<b>429.307</b>	<b>-22.078</b>	<b>-4.499</b>	<b>434.933</b>	<b>-93.612</b>	<b>236.487</b>	<b>-121.923</b>
	Utentes		622	165	154	303		0	
	Colaboradores		159	26	8	101	9	5	10



27

17 **Relatório de Contas 2016**

## 2.6. Área Administrativa

### 2.6.1. Actividades Agrícolas e Extractivas

As actividades agrícolas e extractivas das Herdades e dos Prédios Urbanos propriedades da Santa Casa, geram anualmente uma receita importante no sentido da sua complementaridade, aos proveitos globais da Instituição.

Nos prédios rústicos verifica-se um aumento significativo, na ordem dos 19.107 € em comparação com o ano 2015, resultante dos novos valores renda negociados com alguns rendeiros.

Herdade do Mouro	59.367	50.306	41.572
Prédios Urbanos	56.942	57.943	68.054
Prédios Rústicos	57.752	71.701	90.808
Outros (rendas instalações)	135	0	0

## 3. PERSPECTIVAS FUTURAS

Naturalmente, todas as actividades e iniciativas que perspectivamos para o futuro seguem a linha estratégica já evidenciada no Plano de Actividades para 2017, aprovado em Assembleia Geral.

É preposto da Mesa, continuar a alienar alguns imóveis do bairro Popular 1º Maio, recuperar o Palácio Humberto Silveira Fernandes, efetuar obras de remodelação no ERPI Humberto Silveira Fernandes e renovação da frota da Instituição.

Para além destas realizações, a Mesa Administrativa tem vindo a desenvolver esforços e projectos de gestão e organizacionais, por forma a otimizar a gestão de custos e de recursos, afim de assegurar a sustentabilidade económica e financeira da Instituição.

## **Santa Casa da Misericórdia de Borba**

---

B  
A  
Z

Acreditamos que com a Equipa que a Santa Casa dispõe, estão reunidas as condições para progredir em qualidade, sustentabilidade e no cumprimento dos objectivos que nos propusemos, e ter como missão essencial servir as populações do Concelho de Borba, constituindo-se como uma das Instituições de referência do Concelho, que dignifica o mesmo a nível nacional.

### **4. RESULTADOS E PROPOSTA PARA SUA APLICAÇÃO**

Tendo em linha de conta o Plano de Atividades para o ano de 2017, propõe-se que o resultado líquido apurado de 113.615,79 € positivos, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

### **5. NOTA FINAL**

Terminamos este Relatório de Gestão referente à actividade desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Borba durante o exercício de 2016, agradecendo a todos os Utentes, Colaboradores, aos Irmãos da Santa Casa, às Instituições Locais, Regionais e Nacionais, aos nossos Fornecedores e Prestadores de serviços, bem como às Instituições Financeiras, todo o empenho que colocam na sua actividade com esta Instituição, deixando-lhes aqui um voto de confiança para o futuro que se mostra exigente.

Por último, uma palavra de agradecimento aos nossos Órgãos Sociais: Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento continuado das actividades da Irmandade e pela disponibilidade para o diálogo.

Borba, 17 de Março de 2017

#### **A Mesa Administrativa**

Rui Manuel Ganito Bacalhau  
António Manuel Afonso Paulo  
Rui Miguel Canhoto de Deus  
Manuel Lino Pisco Anjinho  
Carlos Alberto Ramos Ferreira  
Carlos Jorge Russo Lameira  
Vitor José Pécurto Guégués

## ***DEMONSTRAÇÕES***

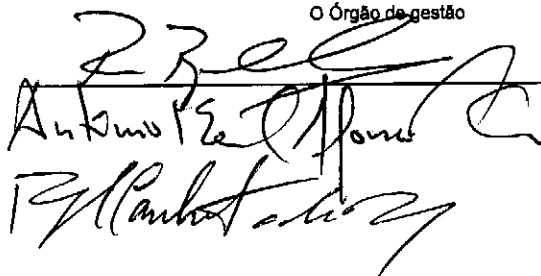
### ***FINANCEIRAS***



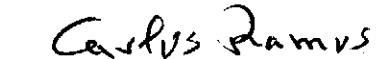
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2016	2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	6	7 563 472,77	7 555 386,49
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	11	17 186,60	15 206,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		<b>7 580 659,37</b>	<b>7 570 593,18</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	7	37 182,15	25 000,39
Créditos a receber	9	140 119,71	111 239,37
Estado e outros entes públicos		993,47	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos		1 310,57	
Outros activos correntes	9	81 699,83	89 681,30
Caixa e depósitos bancários	4	1 156 057,94	1 009 994,61
		<b>1 417 363,67</b>	<b>1 235 915,67</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>8 998 023,04</b>	<b>8 806 508,85</b>

O Órgão de gestão

  
António Pereira

O Contabilista Certificado

  
Carlos Ramires

## BALANÇO em 31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS		NOTAS	PERÍODOS	
			2016	2015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos			525 124,56	525 124,56
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados			5 164 754,17	5 296 877,19
Excedentes de revalorização				
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais				
	8	2 389 311,17		2 352 123,23
		8 079 189,90		8 174 124,98
		113 615,79		(132 123,02)
Resultado líquido do período.....		8 192 805,69		8 042 001,96
			8 192 805,69	8 042 001,96
Total dos fundos patrimoniais				
Passivo				
Passivo não corrente:				
Provisões				
Provisões específicas				
Financiamentos obtidos				
Outras dívidas a pagar				
Passivo corrente:				
Fornecedores	9	304 021,03		287 820,53
Estado e outros entes públicos		44 737,62		43 332,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos				
Diferimentos		14 449,09		16 727,75
Outros passivos correntes	11	442 009,61		416 626,40
		805 217,35		764 506,89
		805 217,35		764 506,89
Total do passivo				
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo				
		8 998 023,04		8 806 508,85

Página 2 de 2

O Órgão de gestão

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*  
 António Manuel Gomes da Silva  
 17/11/2016

*[Assinatura]*  
 Carlos Pimenta

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS em 31 de Dezembro de 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	1 412 180,09	1 396 313,30
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1 400 811,54	1 300 786,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(552 688,18)	(528 125,05)
Fornecimentos e serviços externos	11	(597 949,50)	(596 379,06)
Gastos com o pessoal	10	(1 799 988,08)	(1 678 141,46)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		(342,04)	462,84
Outros rendimentos	11	572 208,19	357 822,19
Outros gastos	11	(66 399,43)	(136 621,23)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		367 832,59	116 117,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(253 537,21)	(248 240,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		114 295,38	(132 123,02)
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....		(679,59)	
Resultado antes de Impostos		113 615,79	(132 123,02)
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		113 615,79	(132 123,02)

O Órgão de gestão

O Contabilista Certificado

*[Assinatura]*  
 António Taveira Fernandes  
 Contabilista

*[Assinatura]*  
 Carlos Ramos

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA em 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2016	2015
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 979 786,00	1 700 633,74
Recebimentos de subsídios		1 266 519,36	1 379 686,00
Pagamentos de apoios		(1 258,55)	(1 467,65)
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		(1 516 117,94)	(1 243 942,18)
Pagamentos ao pessoal		(1 463 896,00)	(1 670 038,35)
Caixa gerada pelas operações		265 032,87	164 871,56
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(48 777,44)	(44 989,01)
Outros recebimentos/pagamentos			
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>216 255,43</b>	<b>119 882,55</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(230 088,74)	(392 041,97)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		95 924,70	
Juros e rendimentos similares		23 401,67	21 901,24
Dividendos			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(110 762,37)</b>	<b>(370 140,73)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			80 362,71
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		43 084,26	1 183,03
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(75 000,00)
Juros e gastos similares		(2 513,99)	(988,26)
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>40 570,27</b>	<b>5 557,48</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>146 063,33</b>	<b>(244 700,70)</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 009 994,61	1 254 695,31
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>1 156 057,94</b>	<b>1 009 994,61</b>

O Órgão de gestão

*António Paulo Henriques*  
*Presidente do Conselho de Administração*

O Contabilista Certificado

*Carlos Ramos*



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS no período 2015

		Fundos patrimoniais atribuídos nas instituições de utilidade pública						Montantes expressos em EURO		
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundo	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2015	1	525 124,56			5 823 560,23		2 393 633,67	(26 482,04)	8 215 635,42	8 215 635,42
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00
Realização de excedentes de revalorização										0,00
Excedentes de revalorização										0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										0,00
Resultado líquido do Período	2	0,00	0,00	0,00	(26 482,04)	0,00	0,00	26 482,04	0,00	0,00
Resultado Integral	3							(132 123,02)	(132 123,02)	(132 123,02)
Operações com instituições no período	4+5+6							(105 640,98)	(132 123,02)	(132 123,02)
Fundos										0,00
Subsídios, doações e legados										0,00
Distribuições										0,00
Outras operações										0,00
Posição no fim do período 2015	5	525 124,56	0,00	0,00	5 296 877,19	0,00	2 393 633,67	(41 510,44)	8 042 001,96	8 042 001,96

O Contabilista Certificado

*Carlos Ramos*

*António Paulo Bonito*  
*17/06/2016*

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS no período 2016

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos nos Instituições de caridade-réu						Montantes expressos em EURO			
		Fundos	Excedentes líquidos	Reservas	Reservados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Ingressos que não contribuem	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2015	6	525 124,56	0,00	0,00	5 296 877,19	0,00	2 852 123,23	(132 123,02)	8 042 001,96	0,00	8 042 001,96
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	7	0,00	0,00	0,00	(132 123,02)	0,00	0,00	132 123,02	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	8										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	9-7+8										
Realização de excedentes de revalorização	9-7+8										
Excedentes de revalorização	9-7+8										
Ajustamentos por impostos diferidos	9-7+8										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	9-7+8										
Resultado líquido do Período	9-7+8	0,00	0,00	0,00	(132 123,02)	0,00	0,00	132 123,02	0,00	0,00	0,00
Resultado integral	9-7+8										
Operações com Instituições no período	9-7+8										
Fundos	9-7+8										
Subsídios, doações e legados	9-7+8										
Distribuições	9-7+8										
Outras operações	9-7+8										
Posição no fim do período 2016	10	525 124,56	0,00	0,00	5 164 754,17	0,00	2 849 311,17	113 615,79	8 192 805,69	0,00	8 192 805,69

O Contabilista Certificado

Carlos Ramos

23/09/16  
António Paulo Silva  
I. G. P. Caridade de Borja

**Anexo****Exercício económico de 2016****1. Identificação da Entidade**

<b>Designação</b>	Santa Casa da Misericórdia de Borba
<b>Número de identificação de pessoa colectiva</b>	500 848 572
<b>Sede</b>	Rua Humberto Silveira Fernandes n.º 16, Borba
<b>Natureza da actividade</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras****2.1. Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas em conformidade com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho de 2015.

Devem entender-se como fazendo parte integrante os seguintes instrumentos legais da NCRF-ESNL:

- Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho - Modelo de demonstrações financeiras;
- Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho – Código de Contas;
- Aviso nº 8259/2015 de 29 de Julho – NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras incluem o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, as quais estão expressas em Euros, preparadas com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo, cujo reconhecimento se verifica no activo, no passivo, nos fundos patrimoniais, em rendimentos e gastos, sempre que satisfaçam as condições e os critérios previstos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, prudência, plenitude, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma e comparabilidade

**2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.**

Neste exercício não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2015, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo.

**3. Principais políticas contabilísticas****3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras****a) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis são registados pelo respectivo custo de aquisição ou de produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

O processo de depreciação dos activos fixos tangíveis inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento, sendo as depreciações calculadas segundo o método das quotas constantes,

utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

b) Instrumentos financeiros

Créditos a receber e outros ativos correntes

As dívidas de "Clientes" e as de "Outros devedores" são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Fornecedores

As dívidas de "Fornecedores" são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

Outros passivos correntes

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio:

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção.

c) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo.

d) Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

e) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

g) Imparidade

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros custos operacionais".

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e consequentemente o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais.

### 3.2. Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 inclui: Justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis; Testes de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

#### 4. Fluxos de Caixa

##### 4.1. Quantia escriturada e movimentos do período

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	923,56	860 789,39	859 182,14	2 530,81
Depósitos à ordem	9 071,05	5 773 772,00	5 629 315,92	153 527,13
Outros depósitos bancários	1 000 000,00	1 500 000,00	1 500 000,00	1 000 000,00
Total de caixa e depósitos bancários	1 009 994,61	8 134 561,39	7 988 498,06	1 156 057,94
Dos quais: Depósitos bancários no exterior				

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

#### 6. Activos fixos tangíveis

##### 6.1. Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos tangíveis

Ano 2016

	Terrenos e edifícios naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 992 353,49	9 423 313,26	521 473,91	106 589,12	46 221,33	948 529,39		13 038 480,50
Depreciações acumuladas iniciais	953 438,93	3 836 554,99	476 765,65	96 895,72	60 845,33	58 593,39		5 483 094,01
Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
Quantia líquida escriturada inicial	1 038 914,56	5 586 758,27	44 708,26	9 693,40	14 624,00	889 936,00	0,00	7 555 386,49
Movimentos do período:	0,00	108 152,08	100 855,25	7 533,26	1 193,50	5 352,76	2 292,59	8 086,28
Adições								
Total das adições	0,00	44 748,60	172 004,66	21 533,32	4 652,13	7 120,00	11 564,78	261 623,49
Aquisições em 1ª mão		44 748,60	172 004,66	21 533,32	4 652,13	7 120,00	11 564,78	261 623,49
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais								
Outras aquisições								
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								
Trabalhos para a própria entidade								
Acréscimo por revalorização								
Outras								
Diminuições								
Total das diminuições	0,00	163 172,87	71 138,41	14 000,06	3 458,63	1 767,24	0,00	253 537,21
Depreciações		163 172,87	71 138,41	14 000,06	3 458,63	1 767,24		253 537,21
Perdas por imparidade								
Alienações								
Abates								
Outras								
Reversões de perdas por imparidade								
Transferência de AFT em curso		9 272,19					-9 272,19	
Transferências de/para activos não correntes detidos para venda								
Outras transferências								
Quantia líquida escriturada final	1 038 914,56	5 477 606,19	145 574,51	17 226,66	-13 430,50	895 288,76	2 292,59	7 563 472,77

## Ano 2015

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 992 353,59	9 426 319,12	508 145,62	106 589,12	45 500,57	948 529,39		13 027 437,41
Depreciações acumuladas iniciais	950 145,49	3 659 812,82	430 034,81	80 657,81	59 546,45	54 658,53		5 234 855,91
Perdas por imparidade acumuladas iniciais								
Quantia líquida escriturada inicial	1 042 208,10	5 766 506,30	78 110,81	25 931,31	14 945,88	893 870,86	0,00	7 792 581,50
Movimentos do período:	3 291,44	179 750,48	33 402,15	16 237,91	578,17	3 934,86	0,00	237 195,01
Adições								
Total das adições		8 315,04	13 328,69		720,71		12 959,30	35 323,74
Aquisições em 1ª mão		470,08	13 328,69		720,71		12 959,30	27 478,78
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais								
Outras aquisições								
Estimativa de custos de desmantelamento e remoção								
Trabalhos para a própria entidade								
Acréscimo por revalorização								
Outras		7 844,96						7 844,96
Diminuições								
Total das diminuições	3 291,44	188 065,52	46 730,84	16 237,91	1 298,88	3 934,86	12 959,30	274 518,71
Depreciações	3 291,44	176 744,62	46 730,84	16 237,91	1 298,88	3 934,86		246 748,55
Perdas por imparidade								
Alienções								
Abates								
Outras		11 320,90					12 959,30	24 279,20
Reversões de perdas por imparidade								
Transferência de AFT em curso								
Transferências de/para activos não correntes detidos para venda								
Outras transferências								
Quantia líquida escriturada final	1 038 916,66	5 586 755,82	44 708,66	9 693,40	14 624,03	889 936,00		7 555 386,89

## 7. Inventários

## 7.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

## Ano 2016

Descrição	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais		25 000,39	25 000,39
Compras		543 522,54	543 522,54
Reclassificação e regularização de inventários		21 347,40	21 347,40
Inventários finais		37 182,15	37 182,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		552 688,18	552 688,18

## Ano 2015

Descrição	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais		35 489,69	35 489,69
Compras		494 702,83	494 702,83
Reclassificação e regularização de inventários		22 932,92	22 932,92
Inventários finais		25 000,39	25 000,39
<b>Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas</b>		<b>528 125,05</b>	<b>528 125,05</b>

## 8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Descrição	2016					2015				
	Demonstração dos resultados		Balanco			Demonstração dos resultados		Balanco		
	Reconhecidas como subsidiárias e exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsidiárias e exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis:										
Subsídios relacionados com activos		46 236,75	659 353,10				41 315,75	622 165,16		
Subsídios relacionados com resultados	1 400 811,54			22 822,09		1 300 786,00			25 100,75	
<b>Subtotal</b>	<b>1 400 811,54</b>	<b>46 236,75</b>	<b>659 353,10</b>	<b>22 822,09</b>	<b>0,00</b>	<b>1 300 786,00</b>	<b>41 315,75</b>	<b>622 165,16</b>	<b>25 100,75</b>	<b>0,00</b>
Reembolsáveis:										
<b>Total</b>	<b>1 400 811,54</b>	<b>46 236,75</b>	<b>659 353,10</b>	<b>22 822,09</b>	<b>0,00</b>	<b>1 300 786,00</b>	<b>41 315,75</b>	<b>622 165,16</b>	<b>25 100,75</b>	<b>0,00</b>

## 9. Instrumentos financeiros

## 9.1. Composição das dívidas registadas como "Clientes"

Descrição	2016	2015
Clientes c/c	140 119,71	111 239,37
Clientes - Títulos a receber		
Clientes de cobrança duvidosa	10 853,21	10 853,21
Adiantamentos de clientes		
Perdas por imparidade acumuladas	-10 853,21	-10 853,21
<b>Total</b>	<b>140 119,71</b>	<b>111 239,37</b>

## 9.2. Dívidas registadas como de cobrança duvidosa

Descrição	Valor
Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução	
Reclamadas judicialmente	
Em mora:	10 853,21
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	10 853,21
<b>Total</b>	<b>10 853,21</b>

## 9.3. Composição das dívidas registadas como "Outros activos correntes"

Descrição	2016
Fornecedores	3 798,27
Devedores por acréscimos de rendimentos	28 215,55
Outros devedores	49 686,01
<b>Total</b>	<b>81 699,83</b>

## 9.4. Composição das dívidas registadas como "Fornecedores"

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	304 021,03	287 820,53
Fornecedores - Títulos a pagar		
Facturas em recepção e conferência		
Adiantamentos a fornecedores		
Perdas por imparidade acumuladas		
<b>Total</b>	<b>304 021,03</b>	<b>287 820,53</b>

## 10. Benefícios dos empregados

## 10.1. Pessoas ao serviço e horas trabalhadas

Descrição	2016		2015	
	Número médio de pessoas	Número médio de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número médio de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	159	286 200,0	157	306 800,0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	159	286 200,0	150	306 800,0
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa			7	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	157	282 600,0	149	
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	157	282 600,0	149	305 760,0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	2	1 800,0	1	1 040,0
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	2		1	1 040,0
Pessoas ao serviço da empresa por sexo:				
Homens	16		23	44 850,0
Mulheres	143		134	261 950,0



**10.2. Gastos com o pessoal**

Descrição	2016	2015
Gastos com o pessoal	1 799 988,08	1 678 141,46
Remunerações dos órgãos sociais		
Dos quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	1 439 467,52	1 348 054,21
Dos quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões		
Outros benefícios		
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - Órgãos sociais		
Para planos de contribuições definidas - Outros		
Indemnizações	1 259,08	3 167,08
Encargos sobre remunerações	309 354,53	285 832,94
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	17 921,31	12 273,08
Gastos de acção social	614,09	
Outros gastos com pessoal	31 371,55	28 814,15
Dos quais:		
Gastos com formação		
Gastos com fardamento	2 038,73	

**10.3. Diferenças entre estimativas de encargos com férias do período 2015 e pagos no período 2016**

Estimativa	212 166,91
Subsídios de férias pagos	202 233,58
Encargos com Segurança Social pagos	44 491,39
<b>Total pago</b>	<b>246 724,97</b>
<b>Diferença</b>	<b>-34 558,06</b>

**11. Outras Informações****11.1. Investimentos financeiros****Ano 2016**

Título	Quantidade	Cotação 31 Dez 2015		Cotação 31 Dez 2016	
		Cotação/un.	Total	Cotação/un.	Total
Títulos de dívida pública - Consolidado Centenário	1 496 394	0,01	13 168,27	0,01	12 437,77

**Ano 2015**

Título	Quantidade	Cotação 31 Dez 2014		Cotação 31 Dez 2015	
		Cotação/un.	Total	Cotação/un.	Total
Títulos de dívida pública - Consolidado Centenário	1 496 394	0,01	13 168,27	0,01	13 168,27

## 11.2. Outros passivos correntes

Descrição	2016	2015
Fornecedores de investimentos	62 296,00	80 975,10
Credores por acréscimos de gastos	247 293,25	212 166,91
Outros credores	132 420,36	123 484,39
<b>Total</b>	<b>442 009,61</b>	<b>416 626,40</b>

## 11.3. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2016	2015
Subcontratos		
Trabalhos especializados	20 730,15	25 984,86
Publicidade e propaganda	4 549,25	7 553,36
Vigilância e segurança		
Honorários	46 888,17	58 555,47
Comissões		
Conservação e reparação	20 009,61	30 897,36
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10 859,50	7 233,75
Livros e documentação técnica	5 150,72	6 989,90
Material de escritório	10 039,52	11 386,67
Artigos para oferta	1 471,78	2 025,28
Electricidade	132 828,10	119 644,85
Combustíveis	23 991,05	20 076,11
Água	39 533,29	33 793,23
Deslocações e estadas	3 435,80	2 850,00
Transporte de pessoal		
Transporte de mercadorias		787,20
Rendas e alugueres	8 049,29	8 217,61
Comunicação	22 367,99	21 615,86
Seguros	6 757,92	7 401,02
Royalties		
Contencioso e notariado	385,05	363,00
Despesas de representação	9 190,40	4 921,82
Limpeza, higiene e conforto	135 237,42	110 783,15
Outros fornecimentos e serviços	96 474,49	115 298,56
<b>Total</b>	<b>597 949,50</b>	<b>596 379,06</b>

**11.4. Outros Gastos e Perdas**

Descrição	2016	2015
Impostos directos		
Impostos indirectos		
Taxas		
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis	3 453,83	1 421,62
Perdas em inventários		
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Correcções relativas a períodos anteriores	18 578,07	3 563,78
Donativos	6 750,00	6 690,00
Quotizações	1 020,00	960,00
Ofertas e amostras de inventários		
Perdas em instrumentos financeiros		
Outros	36 597,53	123 985,83
<b>Total</b>	<b>66 399,43</b>	<b>136 821,23</b>

**11.5. Vendas e Prestações de serviços**

Descrição	2016	2015
Quotas de utentes	1 410 347,52	1 390 812,80
Quotizações e jóias	1 832,57	5 500,50
<b>Total</b>	<b>1 412 180,09</b>	<b>1 396 313,30</b>

**11.6. Outros Rendimentos e Ganhos**

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	110 054,60	49 686,71
Ganhos em inventários	21 395,00	22 932,92
Rendimentos em propriedades de investimento	200 432,87	179 950,58
Alienações (ganhos em AFT)	163 801,65	
Imputação de subsídios relacionados com activos	46 236,76	41 315,75
Correcções relativas a exercício anteriores	860,03	26 325,67
Juros e rendimentos similares	5 267,19	15 235,07
Outros	24 160,09	22 375,49
<b>Total</b>	<b>572 208,19</b>	<b>357 822,19</b>

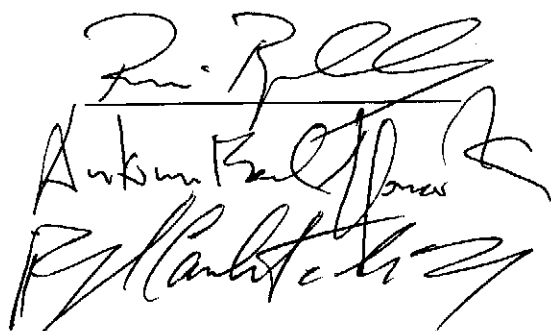
**12. Responsabilidades e contingências**

Não são conhecidos à data quaisquer responsabilidades e contingências, nomeadamente garantias bancárias, hipotecas, processos relevantes em contencioso ou outros.

**13. Acontecimentos após a data do Balanço**

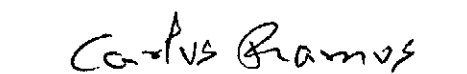
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

A Gerência



António Paulo Gomes

O Contabilista Certificado



Carlos Branco

## Santa Casa da Misericórdia de Borba



Nos termos da alínea a) do artigo 31 do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Borba, vem o Conselho Fiscal emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas que nos foi apresentado pela Mesa Administrativa, referente ao exercício económico de 2016.

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Pela análise e verificação por nós efetuada, e ouvidos os esclarecimentos prestados pela Mesa Administrativa e o técnico de Contas, constata-se a boa ordem em que os documentos se encontram. Registamos a evolução no domínio da organização interna e a melhoria dos procedimentos de controlo. Nesse sentido, propomos:

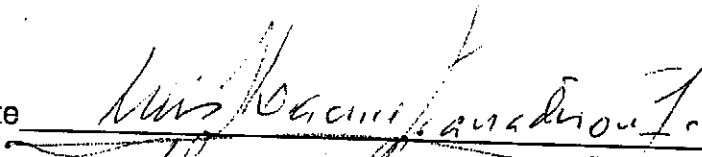
Que seja aprovado o relatório e Contas apresentado pela Mesa Administrativa, referente ao exercício de 31 Dezembro 2016.

Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa pelo trabalho realizado e pela forma como conduziu as diversas atividades da Santa Casa da Misericórdia durante o ano em análise;

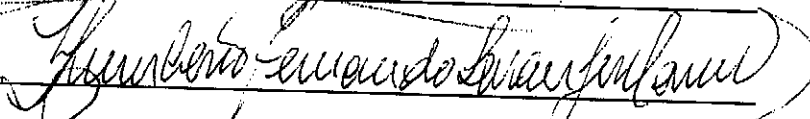
Que seja aprovado um voto de louvor a todos os Colaboradores da Instituição pela dedicação e empenho manifestados no desempenho das suas funções.

Borba, 18 Março 2017

Presidente



Vice Presidente



Secretário



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Borba (adiante igualmente designada por Misericórdia), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 8 998 023 euros e um total de fundos patrimoniais de 8 192 806 euros, incluindo um resultado líquido de 113 616 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Borba em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Misericórdia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de atividades nos termos estatutários aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção

material devida a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Misericórdia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Misericórdia.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Misericórdia; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Misericórdia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.



Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Misericórdia descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lisboa, 17 de março de 2017



---

Rui Lourenço Helena, em representação de  
BDO & Associados, SROC, Lda.